

# O RESSURGIMENTO DA INFLUÊNCIA CULTURAL CHINESA E AS OPORTUNIDADES OFERECIDAS AO BRASIL

Paulo A. Pereira Pinto

Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Brazil. E-mail: papinto@ms23.hinet.net

Recibido: 01 Marzo 2005 / Revisado: 01 Abril 2005 / Aceptado: 09 Mayo 2005 / Publicado: 15 Junio 2005

**Resumen:** A China é motivo de noticiário cotidiano. O ressurgimento de sua influência cultural, no entanto, pode ser o principal fator a condicionar a inserção atual da RPC na Ásia-Pacífico e a estabilidade desta região. Tais desenvolvimentos criam oportunidades para que o Brasil, que já tem um passado de contatos com os chineses, busque novas estratégias de aproximação e propostas originais de interlocução como o “universo chinês”.

**Palabras clave:** Brasil, China, influência cultural.

China casts “big shadow over talks at forum. Emerging big power shifts to center stage. High-profile diplomacy with European Union, trade accords in Latin America, oil deals in Africa and a string of corporate acquisitions all over the world: China is on an offensive to take its economic miracle abroad, suggesting a gradual shift in the economic and political power in the next decade”<sup>1</sup>.

“É possível traçar em grandes linhas a história da criação do que poder-se-ia definir como os começos de um conhecimento brasileiro, ou uma visão brasileira do mundo de cultura e civilização chinesa. O conhecimento da China no Brasil pode-se dizer que teve início nos começos da colonização e formação da civilização brasileira. Desde os primórdios da criação do Brasil que os Jesuítas introduziram costumes, crenças e saberes oriundos da Ásia (Índia e China) nas estruturas sociais e culturais que produziram o nascimento do ser nacional brasileiro”<sup>2</sup>.

A China tem sido objeto de notícias e análises diárias sobre as fraquezas e forças de seu processo de crescimento econômico, política interna e externa e modernização militar, entre outros assuntos. A notícia citada acima é emblemática deste fenômeno.

É natural que haja tamanho interesse por país de dimensões continentais, com mais de um bilhão e trezentos milhões de habitantes, que realiza esforço no sentido de superar, ao mesmo tempo, a pobreza e o sistema comunista.

As informações disponíveis alternam incertezas quanto ao futuro chinês, relacionadas com a estabilidade interna, com expectativas otimistas relativas à possibilidade de que a China venha a ser, a curto prazo, o próximo poder econômico mundial, bem como potência militar capaz de rivalizar com os Estados Unidos da América.

A inserção internacional chinesa –tanto a recente, quanto a ocorrida logo após o descobrimento do Brasil (vide citação acima do Prof. Severino Cabral)– tem oferecido desafios e oportunidades. É, portanto, possível, conforme proposto a seguir neste artigo, sugerir modalidades brasileiras próprias, flexíveis e criativas para formas de interlocução inovadoras com o “universo chinês”.

Pretende-se, a propósito, apresentar, na parte final, conclusões, sobre como o processo atual de negociação entre Pequim e Taipé pode oferecer aprendizado para gestões de caráter político e econômico com a “Grande China”, ora dividida pelo estreito de Taiwan.

Busca-se, inicialmente, efetuar exercício de reflexão quanto a linhas gerais de um projeto

chinês de nação, para o milênio que se inicia. Nesse esforço, examina-se o ressurgimento da influência político-cultural que a recente modernização chinesa vem exercendo no Sudeste Asiático, onde vivem grandes comunidades de “overseas Chinese”. Serão feitas, também, considerações sobre o impacto do recente progresso da RPC na Ásia-Pacífico. Pretende-se examinar, apenas, os aspectos qualitativos dessas relações intra-asiáticas, com ênfase na dimensão cultural.

Não é parte do escopo do trabalho, portanto, a análise, em detalhes, das profundas alterações quantitativas que o processo de modernização da RPC vem produzindo na economia dos países da Ásia-Pacífico. Deixa-se, portanto, de fornecer dados numéricos, facilmente disponíveis, ademais, em inúmeras fontes estatísticas. Não serão tratadas, tão pouco, as vertentes das relações chinesas com a Rússia, o Japão, a Península Coreana, as Ásias Central e Subocidental e o Subcontinente Indiano.

É necessário ressaltar, também, que, quando se fala em influência político-cultural chinesa, tem-se em conta os efeitos dessa herança histórica na ação da “sociedade civil”, como facilitador do processo atual de cooperação entre a China e o Sudeste Asiático. Não estão sendo consideradas iniciativas de “política de Estado”.

## O SONHO CHINÊS

A premissa básica deste exercício de reflexão é a de que existiria, no início do século XXI, condições para a materialização de um “sonho” chinês de unidade, independência e prosperidade. Esse projeto nacional estava claramente presente na afirmação de Mao Zedong, quando, em 1949, anunciou que “o povo chinês levantou-se” –referindo-se, portanto, a um projeto de nação mais abrangente do que uma proposta de inserção da República Popular, que se instalava na China, em cenário internacional, permeado por referenciais de valores estrangeiros à civilização chinesa. Tratava-se de uma afirmação cultural, seguida por exortação para que se “sacudisse o mundo”, após os últimos cem anos de dominação estrangeira.

Verifica-se, a propósito, que a vitória de Mao deveu-se, primordialmente, ao apoio da população rural, que imprimiu visão impregnada de seus próprios valores às metas de governo da República Popular, que iniciava sua existência.

Como resultado, a base de sustentação do Partido Comunista Chinês sempre foi muito mais ampla do que a expressa nos partidos comunistas na Europa Oriental, incluindo a ex-União Soviética.

A partir de 1978, quando teve início o projeto de modernização chinês, o Partido Comunista começou a proporcionar melhoria dos níveis de vida na China, em oposição à estagnação econômica vigente no antigo bloco liderado pela URSS.

Registra-se, a propósito, que noções como a de “economia socialista de mercado”, apresentadas como objetivo do processo de reformas da China, iniciado na década de 1970, representa tentativa de obter-se equilíbrio entre valores de igualdade –socialistas– e de eficiência –mercado. Nessa perspectiva, almejar-se-ia permitir que as pessoas enriqueçam, tendo sempre em vista a prosperidade comum como uma meta socialista a ser atingida, bem como tomando precauções no sentido de evitar hiato crescente entre setores sociais distintos.

Até meados do século XIX, quando se iniciou a interferência européia no Extremo-Oriente, a China desempenhou papel político dominante, bem como foi o centro radiante de civilização no Sudeste Asiático, em virtude de seu desenvolvimento cultural e sofisticada capacidade de governança. Por isso, os vizinhos ao Sul eram atraídos em diferentes graus à esfera de influência chinesa, em busca de fonte de inspiração e legitimidade política. O Império chinês reciprocava, atribuindo àquelas nações vínculos especiais.

A maioria dos países do Sudeste Asiático compartilha, portanto, de passado que os inseriu, em maior ou menor escala, em esfera de influência político-cultural chinesa. Hoje, esta herança poderá contribuir para traçar o perfil de um bloco político de interesses recíprocos e de mega proporções, que viria a incluir a China e países situados ao Sul de suas fronteiras. Esse processo de cooperação vem sendo marcado pelo ressurgimento de hábitos e normas de comportamento antigos, que se tornam fatores de agregação e mesmo de progresso na área, resultando em agenda própria de preocupações.

Entre esses valores, são identificados: a disciplina social; a ênfase na participação comunitária; a importância do relacionamento pessoal; o caráter prioritário da educação; a

expectativa de liderança governamental; a aversão ao individualismo; a perspectiva de longo prazo; a propensão a evitar conflitos legais; a preocupação constante com a harmonia; a unidade familiar; e o sentido do dever.

Nessa perspectiva, cabe assinalar que, quando se fala em tais referenciais, lembra-se que idéias relativas à harmonia e preponderância do social sobre o individual, apesar de utópicas, sempre estiveram presentes na filosofia chinesa, através dos séculos, como um ideário de sociedades essencialmente agrárias.

A reduzida extensão prevista para este estudo não permite aprofundar análises, como seria de interesse do autor, quanto à fundamentação filosófica da derrubada da última dinastia chinesa, em 1911. Cumpre mencionar, no entanto, que na tese de Mestrado em Administração, apresentada à Universidade de Brasília, em maio de 2000, sob o título de “A Vontade Popular na Formação da Agenda Política do Estado. Um Modelo Metodológico”, o Sr. Chateaubriand Chapot Xavier Bezerra Neto apresenta interessante estudo sobre este período decisivo na evolução histórica da China<sup>3</sup>.

## A CULTURA COMO AGREGAÇÃO

O estudo da influência da cultura como fator de agregação, em nossos dias, na perspectiva sugerida neste trabalho, tem sido amplamente adotado por pensadores de renome. O livro de Francis Fukuyama, “Confiança”<sup>4</sup>, por exemplo, defende, entre outras, a idéia de que as nações dependeriam para tornar-se competitivas, cada vez mais, de sua sociedade civil, isto é da capacidade de pessoas trabalharem juntas, visando a objetivos comuns, em grupos e organizações, sustentando-se em hábitos culturais antigos : reciprocidade, obrigações morais, deveres para a comunidade e sobretudo “confiança”.

Manuel Castells, por ocasião de seminário em Brasília, em 1994, intitulado “O Brasil e as Tendências Econômicas e Políticas Contemporâneas”<sup>5</sup>, afirmou que “no momento em que a economia mundial é regida por fluxos financeiros, tecnológicos, comerciais e de valores canalizados por “redes independentes”, adquire importância fundamental a conexão direta –ou rede– representada pelos crescentes vínculos entre a China e o Sudeste Asiático.”

Em “The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order”, Samuel P. Huntington<sup>6</sup> também ressalta a importância da cultura no “comportamento nacional” –mas com propósito oposto ao deste trabalho, na medida em que identifica tendências no sentido de confrontos entre civilizações. A seu ver, com o término da bipolaridade ideológica mundial, característica do período da Guerra Fria, na busca do fortalecimento de sua identidade, diferentes povos seriam levados a situações de conflito. O choque se daria, principalmente, no processo de competição entre as civilizações de um Ocidente em declínio e um Oriente emergente, onde se sobressairiam o Islã e o Confucionismo.

Joel Kotkin, em “Tribes : How Race, Religion, and Identity Determine Success in the New Global Economy”<sup>7</sup>, alega que a perda do fator de agregação das ideologias dominantes no período da Guerra Fria e a emergência da globalização da economia proporcionaram o aparecimento de “tribos globais”, isto é, grupos culturais cujos membros estão dispersos geograficamente, mantêm vínculos empresariais através do mundo e redes culturais, e compartilham de um forte sentido de origem comum, bem como de valores.

A “global tribe” chinesa, a seu ver, tem sido amplamente responsável pelo processo de desenvolvimento econômico da República Popular da China, desde a década de 1970. Mais do que isso, essa grande tribo chinesa poderá determinar o futuro de um projeto chinês e envolver uma multiplicidade de Estados asiáticos.

Em “Megatendências Ásia”<sup>8</sup>, John Naisbitt chega a afirmar que “o domínio econômico do Japão atingiu seu ápice, e sua posição na Ásia e no mundo encontra-se em uma longa curva descendente. O poder do Estado-nação japonês está dando lugar à colaboração dinâmica da rede de chineses. Considerações sobre a China e os chineses no exterior agora norteiam a tomada de decisões na Ásia, na medida em que a China se torna fundamental para a região do Pacífico. Mas é a rede de chineses no exterior que dominará a região–não a China”.

## EXAGEROS E FANTASIAS

Cabe prevenir, no entanto, quanto ao grande fascínio que o processo de modernização chinês desperta entre observadores ocidentais. Verifica-

se que exageros e parâmetros de comparação fantasiosos chegam a ser criados para explicar as transformações em curso.

Lembra-se, a propósito, que a crença de que estaria em curso um “Milagre Econômico Asiático”, na década de 1980 e meados da seguinte, proporcionava a sensação de existência de oportunidades de investimentos ilimitadas no Sudeste do continente.

A regionalização da produção, acreditava-se, então, evoluía, na medida em que a interação de novas tendências, como a redução nos custos da mobilidade dos fatores de produção e as economias de escala exigidas por processos produtivos crescentemente sofisticados, proporcionaram o surgimento dos chamados “tigres” ou “novas economias industrializadas”. Os efeitos de tais reajustes seriam evidentes no aparecimento de formas de relacionamento inovadoras, que incluiriam diferentes tipos de parcerias entre Japão, novas economias industrializadas no Sudeste Asiático e partes da China.

A emergência de certos países e agrupamentos regionais, sempre de acordo com esta linha de raciocínio, não se deveria a experiências isoladas, mas a fenômeno integrado, que projetaria sobre a área, como um todo, os benefícios da acumulação de capital e da experiência modernizadora resultante da aplicação prática de novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Seguiu-se, no entanto, crise financeira regional, iniciada com o colapso do “baht” –moeda da Tailândia, um dos “tigres” em formação– a partir de 1997. Desde então, ganharam maior importância comentários e análises sobre os efeitos da corrupção, incêndios florestais, tráfico de drogas e mulheres, pirataria, SARS e mais recentemente o Tsunami, entre outros males que estariam assolando aqueles países asiáticos. Não existiria mais o paradigma tão claro que, na forma descrita acima, permitiria aferir com segurança uma análise tão favorável da área em questão.

Passou-se a reconhecer, na região, dinâmica própria com o fortalecimento da cidadania e agenda de preocupações dispersa, agora não mais ordenada pela hegemonia de questões econômicas equacionadas a partir de modelos e raciocínios ditados de fora do continente asiático. Cada questão surgida, nesse contexto,

obedeceria a uma lógica autônoma e poderia envolver atores e organismos, que não trabalhariam necessariamente em obediência à razão de Estado.

A estabilidade e o progresso na Ásia-Pacífico passaram a ser entendidos, por certos setores de opinião, como dependentes cada vez mais, de processos de cooperação que garantam a negociação entre suas diferentes culturas. Nesse contexto, despertaram crescente interesse os vínculos históricos entre a China e o Sudeste Asiático.

Isto porque a maioria dos países do Sudeste Asiático compartilha de passado que os inseriu, em maior ou menor escala, em esfera de influência de duas grandes civilizações: a chinesa e a indiana, que interagiram, através dos séculos, com culturas locais. O Budismo, o Islã, o Hinduísmo e o Confucionismo deixaram, assim, marcas profundas que continuam a diferenciar ou aproximar pessoas.

A este mosaico de heranças culturais seculares, somou-se, mais recentemente, o colonialismo europeu que impôs, pela força, novos valores e normas de organização e comportamento. A partir do término da Segunda Grande Guerra, os Estados recém-independentes da região foram divididos, pela rivalidade ideológica das superpotências, entre os que serviriam como a vitrine da economia de mercado e os que seguiriam o sistema de planejamento centralmente planejado.

Com a multipolaridade resultante do término da Guerra Fria, ocorreu o recuo das esferas de domínio de Washington e Moscou. Como consequência, no Sudeste Asiático, torna-se possível o ressurgimento de influências político-culturais antigas, como a chinesa. Hoje, quando se discutem os efeitos da presença avassaladora da cultura de massa, resultante da globalização, os países da área buscam, em sua própria região, marcos de referência que permitam afirmar valores, idéias e crenças, consolidadas através de uma história compartilhada numa geografia determinada.

No Sudeste Asiático, nessa perspectiva, passou-se a verificar que se encontra em gestação um novo conjunto de mudanças que não afetam apenas a economia, através da reorganização freqüente de suas vantagens competitivas, transformações técnico-industriais nas formas de produzir e alterações na organização da

sociedade. Tudo isso ocorre, no entanto, com a preservação de valores culturais que, passando de geração a geração, garantem uma base de sustentação do modelo que se consolida.

Tal panorama leva alguns estudiosos, como Léon Vandermeersch<sup>9</sup>, a contribuir para a tese de que existe uma base cultural para avaliar o fenômeno do dinamismo dos países objeto deste estudo. Isto porque, apesar de sua diversidade, em termos de extensão geográfica, população, estágio de desenvolvimento, sistema político e experiência colonial, alguns países do Sudeste Asiático possuem, em comum, conjunto de valores herdados de período de influência cultural chinesa.

Este trabalho preocupa-se, conforme já foi dito, não com os aspectos econômicos do processo de integração regional na Ásia-Pacífico, mas, sim, com o novo perfil político-cultural das formas de cooperação na área objeto de estudo. Nesta perspectiva, verifica-se que, não apenas pela remoção de barreiras tarifárias na fronteira são formados agrupamentos regionais. Trata-se, principalmente, de movimentos que tendem à cooperação entre sociedades, com a harmonização de regras como base de reorganização produtiva e, eventualmente, social.

## PROJETO PARA O NOVO MILÊNIO

No que diz respeito ao mencionado projeto chinês para o milênio que se inicia, verifica-se que, em termos práticos, houve busca da construção de sucessivos “building blocks”, a partir da integração do próprio sistema econômico da China, que levaria, segundo a tese que se defende no trabalho, a moldura política regional com forte influência do ordenamento histórico em que, durante séculos, parte da área hoje situada entre Myanmar e Vietnã esteve inserida em grande arco de Estados vinculados ao Império do Centro.

Na primeira etapa dessa construção de blocos, logo após ao desaparecimento de Mao Zedong, integrou-se o próprio sistema econômico chinês. Em seguida, foi permitida a abertura de cidades costeiras ao comércio internacional, com a criação das Áreas Econômicas Especiais, onde foram permitidas práticas de economia de mercado dentro de um sistema centralmente planejado mais amplo. Os blocos seguintes foram surgindo ao longo do rio Yantze, até

chegar a Xangai, onde se situaria a “cabeça do dragão”.

Gradativamente, houve a consolidação de Hong Kong e Macau no sistema produtivo da RPC. A crescente integração econômica –e futuramente política– com Taiwan será o passo seguinte. A expansão da fronteira econômica chinesa em direção ao Sudeste Asiático será a fase posterior, que está sendo facilitada pela existência, ao Sul da China, de uma rede de indivíduos com origem étnica comum, chamados “chineses de ultramar”, que têm como referência uma mesma identidade cultural.

Assim, gradativamente, chegar-se-ia a uma futura congruência entre a área de influência tradicional da cultura chinesa e uma nova fronteira econômica da RPC.

Este último desenvolvimento ocorreria através de um fenômeno de “cross fertilization”<sup>10</sup>, caracterizado por intercâmbio de referenciais de valores, entre aquela área considerada historicamente como situada na periferia do Império do Centro e a RPC.

O conjunto de transformações em curso ocorre de forma a sugerir, mesmo, a emergência de um novo paradigma regional. Isto porque, por um lado, a existência de uma base cultural chinesa serviria de plataforma de sustentação para um processo de cooperação com o Sudeste Asiático.

Por outro, haveria os tipos de contribuições seguintes:

- os países bem sucedidos como a “vitrine do Capitalismo no Sudeste Asiático” –a exemplo de Cingapura– indicariam os rumos para o aperfeiçoamento da “economia socialista de mercado”, com características chinesas, ora buscada pelo programa de modernização da RPC;
- a persistência do Vietnã em manter seu sistema central de planejamento, ao mesmo tempo em que adota “práticas de economia de mercado”, reforça a proposta chinesa de preservar a vertente “socialista” entre as medidas que estão sendo testadas, no programa de modernização da República Popular da China; e
- o esforço de composição constante, no sentido da manutenção da harmonia e

convivência pacífica entre a população de origem chinesa e os de fé islâmica, na Malásia e Indonésia, serve como inspiração para exercício semelhante a ser promovido na região central da RPC, principalmente na província de Xinjiang, onde há expressivo contingente de muçulmanos, bem como a necessidade de relacionar-se com novas Repúblicas, como a do Tadjiquistão, onde predomina a mesma religião.

A tese de que estaria em curso tal desenvolvimento, como já foi dito, considera que, quando se fala em influência político-cultural chinesa, tem-se em conta os efeitos dessa herança histórica na ação das sociedades civis, como facilitador do processo da cooperação entre a China e o Sudeste Asiático.

Não estão sendo consideradas, portanto, iniciativas de “políticas de Estado”. Isto porque, tanto na China, quanto no Sudeste Asiático, o conceito de Estado evoluiu em diferentes estágios, sempre a partir da perspectiva de que o centro de tudo era a figura do dirigente local, desvinculada de um espaço geográfico definido. A concepção chinesa, ademais, sempre atribuiu importância fundamental aos laços sanguíneos, como marco de referência para a soberania do Imperador. As fronteiras eram definidas em termos de população, sem levar em conta limites territoriais.

A importância da reflexão sobre o tema deve-se à influência que a emergência de um bloco político de interesses recíprocos e de mega proporções –como o representado pela China e o Sudeste Asiático– exercerá no ritmo de integração e cooperação na Ásia-Pacífico, um dos laboratórios de modernidade do planeta.

Ademais, existe a possibilidade de que laços culturais possam vir a ser fator determinante na expansão de fronteira econômica na área em questão, em oposição ao exercício da força como garantia de esfera hegemônica, conforme ocorrido, com frequência, em outras partes do mundo.

## AGENDA PRÓPRIA

No que diz respeito à crescente integração chinesa na Ásia-Pacífico<sup>11</sup>, verifica-se que, nesta parte do mundo, de acordo com a maioria das

análises disponíveis, estariam em curso processos que, com base em suposto consenso regional –mas, na prática gerados em centros situados fora da área– viriam a permitir a edificação de estruturas políticas e econômicas moldadas segundo parâmetros ocidentais e que chegariam, tanto a assegurar o crescimento sustentado da área, quanto a mantê-la vinculada a normas de livre mercado e democracia liberal.

Nota-se, no entanto, que há também dinâmica muito mais rica, que a partir de uma acelerada integração econômica, faz surgir agenda de preocupações próprias que busca solucionar questões de segurança, transformações sociais e políticas.

Nessa perspectiva, para melhor relação de empatia com esta mega região, torna-se necessário mapear tendências, novos atores e paradigmas que estão amadurecendo, na medida em que estas sociedades encaram o desafio de criar, em nível regional, um marco de referência que permita reverter o fenômeno avassalador da globalização, que reorganiza o sistema político e econômico mundial, aprofundando a internacionalização da produção, impondo uma cultura uniforme com traços ocidentais e determinando as formas de inserção das distintas regiões do planeta.

Novas modalidades de paz estão sendo criadas, por exemplo, em oposição às estruturas de confrontação existentes durante o período de bipolaridade mundial. Surgem, assim, articulações complexas, a incluir atores regionais e externos, conexões entre economias, setores financeiros e sistemas de valores.

Nesta perspectiva, o conceito regional de segurança não se resume mais a fatores como os de defesa de territórios, dissuasão militar e competição entre alianças. Como consequência, os países da área passaram a associar “segurança” com a capacidade de cada nação e da região como um todo, tanto de promover o desenvolvimento econômico, quanto de resistir à agressão externa.

Diante de tal evolução, são efetuados esforços no sentido da introdução de “confidence building measures” no Sudeste Asiático, que evitem possibilidades de conflito, bem como proporcionem canais permanentes de diálogo para a discussão intra e extra-regional sobre temas políticos, econômicos e militares.

Entre estes, a instituição de “processos de diálogo”, como o “ASEAN Regional Forum”<sup>12</sup> que tem reunido, anualmente, os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos dez países membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático e os de seus parceiros de diálogo –EUA, UE, Canadá, Japão, Austrália, Nova Zelândia e Coreia do Sul– e os do Rússia, China, Índia, Mongólia e Papua Nova Guiné.

Finalmente, verifica-se existir entre os membros da ASEAN consciência crescente de que, no processo de transformações ora em curso, resultante do fenômeno de crescimento econômico acelerado, a segurança de cada país depende basicamente dos mecanismos de que disponha para canalizar as reivindicações políticas de classes sociais emergentes.

Nota-se, ademais, que o interesse acadêmico quanto à evolução dos regimes políticos na Ásia-Pacífico intensificou-se, desde o término da Guerra-Fria. Recentemente, novas perguntas têm sido formuladas, entre estas, a que diz respeito à possibilidade de o fenômeno universal da falência do autoritarismo vir a produzir o mesmo tipo de padrões democráticos, nos termos aceitos pelo Ocidente, no continente asiático, onde experiências históricas, muitas vezes milenares, provocaram a emergência de formações sociais organizadas de formas bastantes originais.

Na mesma perspectiva, coloca-se o debate quanto ao desenvolvimento do sistema capitalista e das práticas de economia de mercado em países, até recentemente, de acelerado crescimento, onde personalidades fortes ou partidos políticos com longa permanência no poder, levaram o Estado a desempenhar papel preponderante no funcionamento das forças de mercado.

A integração econômica regional, ademais, talvez não aconteça, meramente, através da réplica de normas de economia de mercado e de governança nos moldes anglo-saxões, decorrentes da expansão do “production sharing”, da livre circulação dos atores econômicos globais e da mundialização de valores de organização política vigentes no Ocidente. A alternativa a ser examinada seria a possibilidade de vir a prevalecer o somatório de interesses compartilhados por diferentes “redes” asiáticas - formada cada uma por chineses, indianos, malaios, japoneses e outros - que, após a consolidação desse processo de “convergência

de civilizações”, gradativamente, negociariam uma agenda comum com a vertente norte-americana da Bacia do Pacífico e, em seguida, com outras partes do mundo.

Nesse contexto, cumpre ressaltar o papel de força motora desempenhado pelos chineses de ultramar, espalhados pela Ásia-Pacífico. Graças a esses atores econômicos, criaram-se marcos de referência, incluindo valores, idéias, crenças, consolidadas através de uma história compartilhada, numa geografia determinada. Laços foram estabelecidos, assim, a partir do fato de falarem o mesmo dialeto, pertencerem à mesma família ou serem originários de um único povoado, província ou região. A relação de confiança, que tais condições conferem a transações comerciais e financeiras, nesta parte do mundo, supera a capacidade de coerção ditada por muitos diplomas legais no Ocidente.

Ocorre, assim, a emergência de uma área de interesses recíprocos e de mega proporções, que exercerá influência determinante no ritmo de integração e cooperação de uma “Grande China”, que, segundo alguns, poderá futuramente, incluir não apenas Hong Kong, Macau e Taiwan, mas também os “Overseas Chinese”, situados em países vizinhos, no Sudeste Asiático.

Existe, contudo, a possibilidade de que seja formado um grupo econômico gigantesco na Bacia do Pacífico, a ser constituído pelos países membros da Associação dos Países do Sudeste Asiático, mais China, Japão e Coreia do Sul – denominado ASEAN+3– que, pela primeira vez, não contempla a vertente norte-americana daquele oceano, nem os países “brancos” da Oceania. Nota-se, a propósito, que tal estrutura econômica regional em construção, a incluir 1.7 bilhões de pessoas, com PNB estimado em US 1.7 trilhões, implicaria na consolidação de interesses recíprocos distintos, por exemplo, dos que ora estabelecem a agenda de preocupações da APEC<sup>13</sup>.

Neste Foro para a Cooperação Econômica na Ásia-Pacífico, no entendimento local, seriam discutidos, principalmente, instrumentos para replicar, nesta parte do mundo, formas de governança e de organização de mercado vigentes no Ocidente, com o objetivo de garantir a livre circulação dos principais atores econômicos mundiais.

Em contrapartida, dinâmica própria a esta parte do mundo proporcionaria o surgimento de esquemas inovadores de competição e complementariedade entre os participantes da ASEAN+3. Nessa perspectiva, mecanismos muito peculiares poderão servir de cimento para a estabilidade política e social.

Tal evolução poderia ocorrer com a busca da preservação de valores culturais, como garantia de base de sustentação, a partir do ressurgimento de hábitos e normas de comportamento antigos, que permitiriam às diferentes sociedades da área recuperarem a capacidade de perceber o meio em que vivem, como parte da proteção de suas aspirações e interesses coletivos.

Na prática, o grupo ASEAN+3 poderia vir a constituir-se em bloco político de interesses recíprocos e de mega proporções, negociado a partir do entendimento entre diferentes culturas regionais e resultando em mecanismos de cooperação capazes de provocar transformações na estrutura social dos países incluídos.

### **A IMPORTÂNCIA PARA O BRASIL**

Conforme mencionado no início, busca-se, neste trabalho, também, identificar desafios e oportunidades oferecidas pela evolução recente chinesa para uma nova estratégia brasileira de aproximação.

O tema é de importância para o Brasil, entre outras razões, pela influência que a emergência de um bloco político de interesses recíprocos e de mega proporções –como o representado pela China e o Sudeste Asiático– exercerá no ritmo de integração e cooperação na Ásia-Pacífico, uma das maiores economias do planeta; e pelo fato de que laços culturais possam vir a ser fator determinante na expansão de fronteira econômica na área em questão, em oposição ao exercício da força como garantia de esferas hegemônicas, conforme ocorrido com frequência naquela parte do mundo, desde a chegada dos ocidentais.

No que diz respeito à influência chinesa no Brasil, recorre-se, mais uma vez, ao ensaio do Professor Doutor Severino Cabral, já citado em nota da primeira página, para quem é possível traçar em grandes linhas a história da criação do que define “como os começos de um conhecimento brasileiro, ou uma visão brasileira do mundo de cultura e civilização chinesa”. Tal

intercâmbio teria início desde os primórdios da criação do Brasil quando se introduziram costumes, crenças e saberes oriundos da Ásia (Índia e China) nas estruturas sociais e culturais que produziram o nascimento do ser nacional brasileiro.

Segundo o Prof. Cabral, é conhecida a participação jesuíta na construção de um padrão educacional das populações indígenas brasileiras desde o primeiro século da história do país. Este fato, contudo, “encontrava-se vinculado a outro de enorme importância, destinado a ter grande e profunda repercussão na vida cultural da jovem nação brasileira. O empreendimento jesuíta surgia num contexto em que a batalha pela fé cristã transcendia o mundo europeu, como resultado das grandes navegações ibéricas, que abriram as rotas oceânicas mundiais. Com isso, os novos soldados da fé puderam criar uma visão global do fato religioso, que culminaria num projeto grandioso de expansão da fé católica na América e Ásia”.

“O projeto jesuítico contemplava a possibilidade de irradiar a fé católica além das fronteiras do Velho Mundo. Assumia o compromisso de levar a mensagem aos povos do Novo Mundo americano recém descoberto e aberto à colonização. Bem assim, laborava a idéia de expansão da cristandade para as antigas civilizações do Oriente, nomeadamente: China e Índia” continua o Prof. Cabral.

Na América, espanhóis e portugueses iniciavam a exploração dos novos territórios com a participação dos jesuítas, que, envolvidos no seu magno projeto de conquistar as populações locais, engajaram-se no processo da “Catequese”. Tratavam de integrar essas populações que se encontravam em diferentes estágios de desenvolvimento ao processo religioso e civilizatório eurocristão.

Enquanto isso, “no Oriente as civilizações da Índia e da China apresentavam as marcas perenes de esplêndidas criações do engenho e arte humanos. Elas interpelavam os Jesuítas, impondo-lhes um grande desafio. O desafio de oferecer uma nova crença que representasse algo de novo a um mundo espiritual tão complexo e completo” –sempre de acordo com o Sr. Severino Cabral.

O Brasil, como recentes estudos têm comprovado, também recebeu em sua formação a influência da cultura e da civilização chinesa<sup>14</sup>.

Gilberto Freyre<sup>15</sup>, por exemplo, trata da semelhança por ele entrevista na estrutura do substrato moral do ser chinês e brasileiro. O sociólogo entrevistou um itinerário comum brasileiro-chinês no enfrentar os desafios do desenvolvimento na era da ciência e da técnica, enquanto incentivava a reflexão sobre aspectos centrais da cultura e da civilização chinesa para integrá-los ao universo de conhecimento brasileiro. Por isso, ele não se eximia em fazer sua a observação de que o “Brasil era a China da América”.

Voltando a recorrer às opiniões do Prof. Severino Cabral, o encontro da Europa com a China, à época das navegações, foi “uma notável experiência de interlocução intracultural e intercivilizacional”. No início do século XX, ocorreu o fim do ciclo dinástico Qing e os primeiros passos de uma forma republicana importada da Europa. O processo da guerra civil e da invasão estrangeira, que se seguiram, no entanto, não derrotaram a nação chinesa. Os últimos 50 anos do século levaram a uma nova postura chinesa, de forma a modificar profundamente a percepção ocidental. A partir de 1945 os norte-americanos desenvolveram um conhecimento sobre a China, comprometido pela ideologia da Guerra Fria, em que a percebiam como “uma ameaça vermelha”.

A crescente globalização, no final do século passado e começo do novo milênio anunciariam, contudo, profundas mudanças no conjunto da humanidade. A essas transformações a China introduzia, com a sua ressurgência, uma forma de civilização e de cultura que se mantém singular frente à humanidade européia e anglo-norte-americana. “A China é uma velha nação, com uma nova missão”, com esta afirmação inspirada nos clássicos chineses o sr. Feng Youlang<sup>16</sup> explicava a uma audiência norte-americana o sentido da reforma, da abertura e da modernização da China.

## **ESTRATÉGIA E PROPOSTAS BRASILEIRAS**

Em contrapartida aos temas que comporiam, entre outros, segundo o mencionado na parte que trata sobre Agenda Própria, uma agenda de preocupações comum à Ásia-Pacífico incluindo a China, é possível sugerir algumas propostas brasileiras originais, que poderiam tornar-se novas formas de interlocução com aquela área, bem como capazes de valorizar o País como ator global, com identidade própria. Trata-se de

questões de caráter estratégico, que envolvem a exploração de oportunidades para a transformação estrutural da sociedade, da economia e de maneiras de inserção internacional do Brasil.

Nesse contexto, convém lembrar que a visão estratégica brasileira atual refere-se a reflexões e ações de natureza multidisciplinar e versam sobre o futuro do País no longo prazo. Evoluiu, assim, de definição clássica, que tinha conotações quase exclusivamente militares e passou a também abarcar acepções relativas aos mais diversos campos de interesse da sociedade.

Pensa-se, nessa perspectiva, no mapeamento de transformações estruturais da sociedade, da economia e de maneiras de inserção daquela parte do mundo, que implicam, para emprestar as imagens do saudoso Professor René Armand Dreifuss, “em reestruturação produtiva, reorganização político-institucional, reformulação vivencial e reconfiguração cultural e societária.”<sup>17</sup>

Isto é, cabe buscar nos efeitos da globalização na Ásia-Pacífico novas vias de interlocução diversas, nas áreas comerciais, científico-tecnológica e cultural.

Nesse sentido, verifica-se que ocorrem transformações nos modos de produzir, impulsionados por corporações financeiras que estipulam formas de trabalho inovadoras, reformulando os procedimentos de gestão e provocando mudanças na propriedade e no controle dos meios de produção. Há reflexos, também nos modos de viver e organizar a sociedade, produzindo uma malha de relações que dizem respeito ao comportamento, em torno de novos produtos e serviços e, também, nos modos de dominar, da prática de governança e da representação<sup>18</sup>.

Assim, verifica-se que Cingapura possui hoje, por razões históricas específicas, relacionamento privilegiado na condição de entreposto comercial, com o mercado chinês, bem como foi citada por Deng Xiaoping como modelo de gestão a ser emulado. Nessa perspectiva, construiu-se um “Singapore-Suzhou Township”, que pretendia criar, naquela cidade do Nordeste da China, próxima a Xangai, uma área de alta tecnologia. Tratava-se de um novo conceito de exportação de serviços, que não incluiria apenas a transferência de fábricas, em busca de custos mais baixos. Almejava-se a instalação, em

Suzhou, de todo um modelo sócio-econômico (uma espécie de capitalismo bem sucedido com características chinesas) vitorioso em Cingapura<sup>19</sup>.

O importante é verificar que tal processo de cooperação pode ser indício de que aquela área chinesa, onde habitam cerca de 200 milhões de pessoas com o maior poder aquisitivo do país, tenderá a obedecer a padrões de consumo e necessidades de serviços em moldes dos hoje existentes em Cingapura.

Daí, a necessidade de que aquela cidade-estado seja considerada alvo prioritário de esforços de promoção comercial, não apenas para o Sudeste Asiático, onde é conhecida sua vocação natural de centro de decisões para grandes projetos de infra-estrutura regional, mas também como acesso ao vasto mercado chinês.

Malásia e Indonésia, de sua parte, apresentam laboratórios de experimentação para a convivência entre uma maioria de população islâmica e um número razoável de pessoas de origem chinesa. Tal cenário é replicado, na parte ocidental da China, onde existem novas repúblicas muçulmanas, emancipadas da antiga União Soviética.

Aqueles dois países do Sudeste Asiático, ademais, apresentam perfis agro-industriais que facilitam a cooperação com o Brasil. Nesse caso, ao invés de diluir recursos para projetos de pequena relevância, importantes apenas para um ou outro integrante da ASEAN, poderia ser mais eficaz, primeiramente, considerar como as formas de integração entre os referidos grupos culturais refletirão nas estruturas econômicas em formação na área objeto de reflexão.

A partir desses parâmetros, um modelo de cooperação a ser estabelecido com Kuala Lumpur ou Jacarta poderia ser adotado como referência para uma estratégia de intercâmbio científico-tecnológico com o Sudeste Asiático, como um todo, e mesmo parte da China, a serem afetadas por padrões de produção semelhantes ao malásio e indonésio.

No setor de divulgação cultural, sabe-se que, por razões do passado colonial espanhol, as Filipinas seriam, entre os países objeto de estudo, o que maiores afinidades apresenta com o Brasil. Quando se adota a visão prospectiva de que existe uma dinâmica própria na Ásia-Pacífico,

verifica-se que o arquipélago em questão apresenta espaço onde devem conviver influências chinesas e ibéricas.

Iniciativas de divulgação cultural em Manila, poderiam servir, portanto, de indicação para programas que, adaptados aos referenciais citados acima, poderiam ser, em seguida, apresentados tanto em nações vizinhas, quanto em cidades chinesas mais abertas para o contato com o exterior. Cabe registrar que, como decorrência do processo de modernização da RPC, existe crescente demanda por atividades de lazer, inclusive espetáculos artísticos e intercâmbio desportivo, o que, sem dúvida, representa outro setor de aproximação a ser incentivado.

Caberia, a partir do mapeamento de possíveis novas formas de aproximação da Ásia-Pacífico, refletir sobre propostas brasileiras originais.

Nessa perspectiva, conforme mencionado na parte sobre Agenda Própria, ressaltou-se que países asiáticos desenvolvem exercício de reflexão, em busca de projeto regional que reflita uma agenda própria de preocupações, em resposta a questões no campo de segurança, transformações econômicas, sociais, culturais e políticas. Nesses setores, é sabido, existem propostas brasileiras originais que poderiam tornar-se novos temas para a interlocução com a área.

Entre estas, encontram-se os referentes:

- à sociedade global de informação, onde o Brasil já detém razoável base tecnológica-industrial em telecomunicações e informática, além de experiência significativa de sua aplicação em alguns setores de atividades. Tendo em vista a dimensão estratégica do assunto, poderia ser oportuno propô-lo para o debate com capitais asiáticas. Isto porque, estas defrontam-se com questões idênticas referentes ao desafio da formulação de novas estratégias nacionais, que levam em conta o desenvolvimento de tecnologias de ponta;
- ao ordenamento territorial, entendido, hoje, como a expressão espacial das políticas econômica, social, cultural e ecológica. Trata-se, portanto, de estratégia de desenvolvimento cuja finalidade última é a plena apropriação

pelo país de seu próprio território, em condições sustentáveis do ponto de vista ecológico e econômico e também de temas correlatos de fundamental importância como os da correção das disparidades regionais e da integração nacional. Poucos países encontram-se tão capacitados, como o Brasil, para a implementação de seu ordenamento territorial e do correto uso da ferramenta principal para sua consecução, que é o zoneamento ecológico-econômico. Assim, poderia ser cabível a inclusão da experiência adquirida no ordenamento territorial do Brasil, e sua possibilidade de transferência a países asiáticos, como contribuição para a formulação de agenda de preocupações comuns; e

- à política de defesa nacional que, no Brasil, representa importante avanço conceitual, por refletir uma concepção integrada de autodefesa frente a ameaças externas, envolvendo tanto considerações militares, quanto civis. A principal inovação desta política, como se sabe, está anunciada no parágrafo que afirma ser necessária a formulação de uma política de defesa sustentável, na qual se correlacionem, de forma inequívoca, a segurança do estado e o bem-estar da sociedade. Tais conceitos, segundo tem sido possível observar em capitais asiáticas, coincidem com discussões em curso em centros de estudos na Ásia-Pacífico.

Coloca-se, assim, a necessidade de criação de uma moldura que proporcione encontros regulares entre intelectuais asiáticos e brasileiros, a fim de que se conheçam melhor os interesses comuns a cada uma destas partes do mundo. Tal intercâmbio permitiria, por um lado, um conhecimento da agenda de preocupações identificadas no âmbito do crescente processo de cooperação entre a China e o Sudeste Asiático, e, por outro, proporcionaria àqueles países uma visão de propostas brasileiras originais. Constituir-se-ia, em suma, uma via complementar de aproximação e interlocução.

Nesse sentido, foi realizada, por exemplo, a primeira Missão Acadêmica Brasileira à Ásia-Pacífico, que, em setembro de 1994, visitou, em Cingapura, Pequim e Hong Kong, instituições de estudos estratégicos dedicadas ao estudo de política internacional, segurança, integração e cooperação econômica<sup>20</sup>.

Em muitos casos, centros deste tipo, principalmente nos países membros da ASEAN, assessoram política e economicamente seu governo. O relacionamento com instituições do gênero, portanto, pode ter efeito multiplicador que não deve ser subestimado. Por seu intermédio: é possível estabelecer valioso canal complementar de diálogo com dirigentes locais; é facilitada a identificação de interesses comuns no cenário internacional; e são favorecidas novas formas de cooperação científico-tecnológicas e, possivelmente, empreendimentos econômicos conjuntos.

## A QUESTÃO DE TAIWAN

No que diz respeito a oportunidades e desafios oferecidos pela evolução recente do universo chinês, cabe registrar, também, que a disputa entre Pequim e Taipé pela soberania sobre a ilha de Formosa transcende a curiosidade quanto à essência do debate entre a posição da RPC –de fazer prevalecer a idéia de “um país, dois sistemas”– e a de Taiwan –de propor “um país em cada margem do estreito”.

Verifica-se, a propósito que, por um lado, alguns dos temas em discussão poderão merecer atenção, por afetarem interesses do Brasil em regiões situadas em nosso entorno imediato e na África.

Por outro, as técnicas de negociação utilizadas pelas partes chinesa e taiwanesa podem servir de ensinamento para gestões de caráter econômico ou interlocução política com o chamado “universo chinês”, onde China e Taiwan se incluem.

Nessa perspectiva, no exercício de reflexão sobre a possibilidade de um futuro formoso para a ilha, nota-se que, no essencial, a República Popular reivindica o reconhecimento internacional como a “única China”, em função da abrangência de suas relações diplomáticas, que não incluem apenas os 26 países de pequena expressão, que mantêm Embaixada em Taipé. Com base nesse amplo apoio, os chineses enfatizam a inviolabilidade de sua soberania, bem como invocam o princípio de não interferência em seus assuntos internos –entre os quais incluem a questão formosina.

De sua parte, Taiwan, a partir de 1991, deixou de reivindicar a condição de sede do Governo da China como um todo, passando a postular

fórmula de “double recognition”. As autoridades insulares têm procurado legitimar a convivência entre as nações a partir de sua crescente integração na economia internacional, bem como pela adoção de formas de governança aceitas como democráticas pelas potências ocidentais.

Implicações deste debate resultam na inclusão de temas relevantes na agenda de preocupações de países, cuja amizade é objeto de rivalidade entre os antigos combatentes da Guerra Civil chinesa –o Partido Comunista Chinês e o Kuomintang– bem como se situam em áreas de interesse para ação diplomática brasileira: a América Central e a África.

Quanto à oposição entre soberania nacional e interdependência, Pequim baseia-se fortemente nos chamados “Cinco Princípios de Convivência Pacífica”, sustentáculo de sua política externa. Ao reivindicar absoluto respeito a sua soberania sobre Taiwan. Enquanto salienta a necessidade da mesma postura em relação a outros Estados, a RPC defende ser este um dos fundamentos para a criação de nova ordem internacional. Tal política é aplicada pelos chineses, por exemplo, com relação à África, onde mantêm vigorosamente o apoio à soberania e independência de cada país, condenam qualquer interferência externa e, como resultado, pregam o direito de cada nação escolher seus sistemas político e econômico próprios.

Em contrapartida, Taiwan posiciona-se como ator a ser reconhecido em um mundo crescentemente globalizado, onde –parece acreditar– o Estado tradicional teria sua importância reduzida. Ao mesmo tempo em que aparece lutando ferozmente –inclusive com seus amplos recursos financeiros– para manter e expandir seus vínculos diplomáticos, Taipé busca também integrar organizações internacionais, como a das Nações Unidas e Mundial de Saúde. Segundo observadores, contudo, os formosinos acreditariam que a ausência de relações oficiais com o exterior não seria fator impeditivo para sua participação da nova ordem internacional política e econômica.

Sobre a questão de não interferência versus auto-determinação, a China não se preocupa com a opinião internacional quanto à legitimidade do processo de reunificação da ilha que considera rebelde. Conforme analisado, Pequim tem reiterado que renunciará ao emprego da força, caso Formosa chegue ao

extremo de declarar-se independente. Tal postura é resultado da já mencionada ênfase no fato de que se trata de problema de política interna de um Estado independente. Qualquer opinião externa, portanto, é considerada como interferência em assunto doméstico.

Taipé, de sua parte, procura introduzir o conceito de auto-determinação (soberania) como obstáculo legítimo à reintegração nos moldes acenados por Pequim. Segundo têm amplamente divulgado, os taiwaneses procuram utilizar o termo “auto-determinação” não como sinônimo de independência ou como base para que a população desta ilha possa optar pela independência. Tratar-se-ia de um conceito mais amplo que buscaria garantir uma espécie de “poder de veto” ao “timing”, natureza e termos de inserção da ilha em “entidade política chinesa maior”. Segundo esta perspectiva, Taiwan desfrutaria de indiscutível personalidade internacional, em virtude de ter existência política legitimizada por eleições livres.

Os dois conjuntos de propostas têm implicações para o Brasil, na medida em que estão sendo incluídos na agenda de preocupações de países onde existem interesses importantes para nossa ação diplomática. Por um lado, Taiwan utiliza sua diplomacia financeira, dispondo-se a contribuir para a formação de uma área de econômica na América Central e Caribe, em troca do reconhecimento de seu direito a um Governo independente em Taipé. Junto com o aporte de capital são transferidos, também, conjunto de valores que fortalecem as tendências do processo atual de globalização, no sentido de que o mundo estaria prestes a padronizar-se em função das mesmas formas de produção de governança.

Por outro, a RPC divulga, junto aos países africanos em disputa pelo relacionamento com Taiwan, que “a democracia no moldes ocidentais conduzirá a maior desequilíbrio econômico nos países em desenvolvimento”. Os chineses, assim, produzem discurso que contradiz frontalmente a visão prospectiva dos formosinos. Nesse caso, contribuem para uma postura política que leve em conta o fortalecimento da soberania nacional como elemento importante para um novo ordenamento mundial.

O problema da reintegração de Taiwan fornece, assim, subsídios importantes para a interlocução brasileira com diferentes parceiros. Há, no

entanto, aqueles –como a China– com quem desejamos manter relacionamento estratégico de longo prazo e que, com relação ao assunto, sustentam princípios que poderão servir de fundamentos para um novo ordenamento mundial. Existem, também, os que –como Taiwan– merecem o fortalecimento de parcerias econômicas, que se limitem ao desenvolvimento de negócios entre empresas, sem vínculos oficiais.

## A NEGOCIAÇÃO CULTURAL

Conforme mencionado na introdução do trabalho, cabe ressaltar, ainda, que o exercício de reflexão quanto às técnicas de negociação, entre Pequim e Taipé, a respeito da questão do estreito, proporciona, também, aprendizado sobre como devemos conduzir nossas próprias gestões econômicas e interlocução política com o “universo chinês”, do qual China e Taiwan fazem parte.

Verifica-se, por exemplo, que no processo de negociação com chineses, desde o início, cabe precaver-se quanto à necessidade de distinguir entre um enunciado e um compromisso<sup>21</sup>. Isto porque, com frequência, a simples proposta do tema a ser discutido já contém, em seu “enunciado” o “compromisso” que uma das partes pretende obter de seu interlocutor.

Assim, no esforço de restabelecimento das negociações através do estreito, os dirigentes da RPC anunciam, como condição prévia, a aceitação do princípio de “uma China”. Dessa forma, o tópico enunciado pelos chineses, para a discussão com os formosinos, já contém em si mesmo o compromisso que Pequim pretende obter de Taipé.

De sua parte, os taiwaneses tratam a idéia de “uma China” como um enunciado que só poderia ser atingido quando, de fato, fosse contornada a “realidade” de que existiriam “duas Chinas”. Seria, portanto, do interesse de Taipé obter, como ponto de partida, o compromisso chinês de que existem uma República Popular da China e outra entidade política, representada por Taiwan.

Na sequência das negociações, há um esforço permanente para estabelecer sucessivas “novas cenas de partida”. Isto é, cada parte procura superar qualquer vitória que o interlocutor tenha obtido, empurrando a discussão para um

patamar seguinte, em que novo consenso lhes seja favorável. Na prática, é um criativo exercício de linguagem. O “que foi acordado”, para o “universo chinês”, é com frequência algo inesperado para a “mente ocidental”.

Assim, é necessário perceber, em primeiro lugar, que um negociador de seja qual for a margem do estreito, com frequência, utilizará palavras de seu interlocutor para encurralá-lo em determinada posição ou levá-lo a concessões. Daí, por exemplo, a relutância formosina em aceitar o princípio de “uma China”, como cena de partida para o reinício das conversações. No momento em que tal enunciado for aceito, a parte chinesa terá vencido a argumentação, pois haverá obtido o compromisso de Taipé quanto à inexistência de outra entidade política, na margem formosina do estreito.

Em segundo lugar é conveniente considerar o que é entendido no “universo chinês” como “face”, no sentido de aparências ou “status” social ou político do interlocutor.

Dessa forma, sempre tomando como referência as tratativas entre as margens chinesa e taiwanesa do estreito, nota-se que, mesmo antes de se sentarem à mesa cada parte busca, inclusive com a demonstração de força, exercer pressão ou desmerecer a outra, buscando diminuir-lhe a “face”.

Pequim, de sua parte, enquanto reitera que só aceita conversar com Taipé quando as autoridades formosinas aceitarem o princípio de “uma China”, renova a ameaça de emprego da força militar, caso os líderes taiwaneses insistam em declarar-se uma entidade política separada.

Em contrapartida, ao reafirmarem que já são “um país independente”, os seguidores de Chen Shui-bian não cansam de acenar com a existência do “Taiwan Relations Act”, que obriga os EUA a assistirem militarmente a ilha, caso esta seja invadida pelo continente.

Cabe observar, ainda, que outra característica dos negociadores do “universo chinês” é a da tentativa de colocar o adversário em situações de tomadas de decisão sob pressão permanente, do tipo “pegar ou largar”. Mas, em seguida, adotam nova postura, indicando que, na verdade, não atribuíam tanta importância à exigência que haviam acabado de fazer.

Quanto a este aspecto, tanto os chineses, quanto os taiwaneses, adotam a tática de reinterpretar um suposto “compromisso final”, de acordo com sua própria conveniência. Isto é, após o acordo obtido em 1992 sobre a possibilidade de que cada parte admitisse a existência de “uma China”, segundo sua conveniência, Pequim passou a reinterpretar que esta única China seria a RPC, enquanto Taipé insistiria que se tratava, na verdade, de consenso quanto a persistência da “República da China”, fundada em 1912.

Na linha de raciocínio que se procurou desenvolver nos parágrafos acima, ambas as partes chegam, nessas sequências de consensos, a patamar distinto, que significaria nova cena de partida, a ser rediscutida, em função de enunciados diferentes, até que, em algum momento, se chegue a compromisso.

No livro “Iruan nas Reinações Asiáticas”, já citado na nota de rodapé Nr 22, o autor procura descrever o processo de negociação cultural que desenvolveu, como diplomata e a título de assistência consular, ao menino brasileiro Iruan Ergui Wu, retido ilegalmente em Taiwan, entre 2001 e 2004 (a exemplo do caso do menor cubano Elian Gonzales, em Miami, a polícia taiwanesa teve que empregar a força para resgatar a criança, com imagens ao vivo transmitidas pelas emissoras de televisão do mundo inteiro).

Quando teve oportunidade de colocar em prática alguns dos ensinamentos que julgava haver obtido, através da observação e estudo, durante anos de vivência pessoal, das formas de interlocução desenvolvidas entre as duas margens do estreito.

## CONCLUSÃO

Por suas dimensões continentais, um bilhão e trezentos milhões de habitantes e esforço de superar, ao mesmo tempo a pobreza e o sistema comunista, a China é objeto de noticiário permanente.

Desenvolvimentos de política interna e externa recentes influenciaram a crescente importância que adquire a RPC, a partir de seu processo de modernização iniciado em 1978, para a definição de estratégias de inserção internacional de países como o Brasil.

Verifica-se, a propósito, que podem ser identificadas novas formas de interlocução com o “universo chinês”, tanto através do melhor conhecimento dos mecanismos de composição política que influenciam sua convivência e negociação com diferentes culturas, quanto pelo credenciamento do Brasil, com a apresentação de propostas de desenvolvimento originais e de uma identidade cultural própria.

Tradicionalmente, a influência criada pela China, ao Sul de suas fronteiras, era expressa por sua incontestável superioridade, em termos de organização política e social de produção de normas éticas e procedimentos, executados exemplarmente pelos próprios chineses, na convivência entre as nações. Como resultado, áreas que incluem hoje Hong Kong, Macau, Taiwan e o Sudeste Asiático, tinham a percepção constante de uma potência regional a ser levada em conta, mas não permanentemente temida.

Verifica-se, portanto, que mecanismos muito peculiares poderão servir de cimento para a estabilidade futura das sociedades da Ásia-Pacífico, na área de influência cultural chinesa. Estes não se resumiriam à réplica de práticas de economia de mercado, nos moldes anglo-saxões, que permitiriam a expansão da “production sharing”, decorrente da livre circulação dos atores econômicos mundiais, para o estabelecimento de formas de governança adotadas pelo vencedor da Guerra Fria.

Ademais, existe a possibilidade de que laços culturais possam vir, por um lado, a ser fator determinante na expansão de fronteira econômica na área em questão. Por outro, serviriam como fórmula de cooperação a ser aplicada com vistas a solucionar problemas de governabilidade, na Ásia- Pacífico, em áreas de influência chinesa.

Tal desenvolvimento ocorreria em oposição ao exercício da força como garantia de esferas de hegemonia, conforme vem acontecendo, como consequência de atentados terroristas, nos últimos dois anos, em outras regiões.

Assim, no universo chinês –incluindo a China, Hong Kong, Macau, Taiwan e países do Sudeste Asiático onde vivem comunidades expressivas de “overseas Chinese”– existiria, segundo visão do autor, uma dimensão cultural que proporcionaria “cimento” a consolidar costumes e hábitos compartilhados há milênios.

No Brasil, a “capacidade antropofágica”<sup>22</sup>, no sentido de absorção de outras culturas, foi sendo desenvolvida, desde o início da colonização e da formação de nossa civilização tropical.

Ao chegar à região Leste do continente sul-americano, Pedro Alvarez Cabral encontrara, em 1500, uma gente cuja forma indígena de ser a tornava perfeitamente confortável no ambiente de integração com a natureza em quem vivia. A terra era rica em recursos naturais, as florestas transbordavam de vida e seus rios sustentavam os nativos.

A miscigenação dos colonizadores com o povo local e com os trazidos à força da África criou um país onde a variedade racial é um fato da vida, sem tensões que, com frequência, permeiam outras sociedades multi-raciais. A disponibilidade para a tolerância diante de outras culturas foi transmitida através de sucessivas gerações de brasileiros, formando um povo voltado para o futuro, sem medo do passado.

Ao concluir este trabalho, cabe retornar ao pensamento do Prof. Severino Cabral, já citado na nota de rodapé 3, que afirma “para os estudiosos da cultura e da sociedade em meu

país é crescente o interesse em pesquisar as fontes asiáticas e chinesas que participaram da formação histórica da civilização brasileira. Para os acadêmicos que estudam essas questões, o conhecimento da arte, da literatura e da filosofia da Antiga e Moderna China serve de importante instrumento de saber, que por uma certa dialética de aproximações e distinções lhes sugere uma referência refinada e sutil sobre o caráter e a essência da identidade cultural brasileira.”

Agrega, também, que “o fato de Brasil e China, por seu peso continental e populacional, serem os dois maiores países do mundo em desenvolvimento, os aproxima e os distingue como protagonistas especiais do processo em curso de criação de uma nova ordem econômica e política internacional multipolar e não hegemônica. Assim se desenvolve a idéia comum aos intelectuais e acadêmicos no Brasil e na China, de que o concerto internacional deverá buscar pelo diálogo e o entendimento mútuo e recíproco a criação de um mundo harmônico e diverso em que as múltiplas civilizações e culturas possam desfrutar de um ambiente internacional favorável ao desenvolvimento estável e pacífico.”

seu país “desde las dinastias Chin y Han, se há desarrollado como un sólo Estado sobre la base de una sola raza” (Yat-sen, 1985, p.2), enquanto que no Ocidente os Estados foram formados pela força das armas. Para formar o Estado os chineses seguiram o wang-tao (caminho real, correto), no qual uma só raça forma um Estado e todos indivíduos da mesma raça pertencem ao mesmo Estado. Enquanto que os ocidentais seguiram o pa-tao (caminho da força), em que o uso da força das armas aglutinou várias raças sob o mesmo Estado, e indivíduos da mesma raça em Estados diferentes. A distinção básica entre o ponto de vista oriental e o ocidental sobre a origem do Estado é que : “un grupo unido e desarrollado en el camino real, por las fuerzas de la naturaleza, es una raza (nacionalidade e Estado); y un grupo unido y desarrollado por medio de la fuerza humanas, es un Estado.” (Yat-sen, 1985, p.3).

<sup>4</sup> “Confiança - As virtudes e a criação da prosperidade”, por Francis Fukuyama, Editora Rocco - Rio de Janeiro - 1996.

<sup>5</sup> “O Brasil e as Tendências Econômicas e Políticas Contemporâneas”- Seminário de Brasília, 2 e 3/12/94. FUNAG. 1995. Pag. 15.

<sup>6</sup> Publicado por Simon & Schuster, New York, 1996.

<sup>7</sup> Random House, New York, 1993.

<sup>8</sup> Editora Campus, Rio de Janeiro, 1997.

## NOTAS

<sup>1</sup> Artigo publicado por Katrin Bennhold, no *International Herald Tribune*, em 28.01.2005, referente ao “World Economic Forum”, em Davos.

<sup>2</sup> “A Sinologia no Brasil: Perspectivas para o Século XXI”, texto apresentado pelo Prof. Dr. Severino Cabral, durante o Simpósio Internacional de Sinologistas das Universidades do Mundo, Universidade de Estudos Estrangeiros de Beijing, em setembro de 2001.

<sup>3</sup> Em sua tese, o Sr. Chateaubriand Chapot Xavier Bezerra Neto afirma que: “Como fundamentação filosófica para a derrocada da dinastia Manchu, que governou a China até 1911, Sun Yat-sen escreveu os Tres Princípios do Povo. Segundo ele, se “somos capazes de llevar a la práctica...tendremos la libertad e la igualdad” (Yat-sen, 1985, p.100). Os três princípios são: Min- tsu (nacionalismo ou Estado), Min-chuan (soberania do povo) e Min-sheng (bem-estar do povo). É de notar que estes princípios não são entendidos no Ocidente da mesma forma como o são no Oriente. O princípio do nacionalismo estabelece a relação clara entre a raça e o Estado. Yat-sen considera que “el Principio del Nacionalismo equivale a la doctrina del Estado.” (Yat- sen, 1985, p.2). Essa doutrina, porém, só pode ser aplicada na China, em virtude de sua origem milenar. Para ele,

<sup>9</sup> “Le Nouveau Confucionisme” - Léon Vandermeersch, *Le Débat* - número 66, setembro-outubro 1991.

<sup>10</sup> Segundo “The Random House Dictionary of the English Language, Second Edition Unabridged”, “Cross fertilization” pode ser entendido como : “interaction or interchange, as between two or more cultures, fields of activity or knowledge, or the like, that is mutually beneficial and productive”.

<sup>11</sup> Quando se fala em Ásia- Pacífico –como fator de dinamismo econômico - tem-se em mente o conjunto formado pelo Japão, os quatro “tigres asiáticos” – Cingapura, Coréia do Sul, Hong Kong e Taiwan – e os países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) – Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia e Vietnam. Parcela crescente do território chinês, ao longo de sua costa Pacífica e interior do país, vem sendo incorporada a tal agrupamento.

<sup>12</sup> A Associação das Nações do Sudeste Asiático, em sua sigla inglesa ASEAN inclui Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia e Vietnam.

<sup>13</sup> A APEC (Foro para a Cooperação Econômica na Ásia-Pacífico) é a associação regional de maior evidência no momento. Fundada em novembro de 1989, na Austrália, foi apresentada por seus patrocinadores como um processo em direção a um consenso na Bacia do Pacífico, com vistas à edificação de política econômica que assegurasse o crescimento sustentado da região. Na prática, reflete objetivos dos EUA no sentido de manter a economia da área vinculada à norte-americana - uma espécie de versão prévia da Iniciativa das Américas que, em 1994, propôs termos semelhantes ao continente americano.

<sup>14</sup> Em razão dessa influência tem crescido o interesse de historiadores brasileiros do período colonial em pesquisar a presença chinesa no Brasil em formação. Nesse sentido, cabe mencionar os trabalhos de investigação empreendidos pelo historiador José Honório Rodrigues sobre as relações do Brasil com a Ásia. Nesses estudos são arrolados importantes registros e documentos da história colonial brasileira que mostram a presença chinesa em aspectos relevantes da formação cultural, religiosa e artística do Brasil. Mais recente e abrangente, tem sido o estudo da arte colonial brasileira empreendido pelo historiador José Roberto Teixeira Leite, que em seu livro “A China no Brasil”, lançado em 1999, apresentou um amplo conhecimento pluridimensional das relações e das influências da cultura e civilização chinesa no Brasil. Este autor, e sua tese inovadora, despertou o interesse geral e tem inspirado a renovação dos estudos históricos sobre a China e o Brasil.

<sup>15</sup> Freyre, Gilberto, *Um brasileiro em terras portuguesas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953.

<sup>16</sup> Fung Yu-Lan, *Selected philosophical writings*. Beijing, Foreign Languages Press, 1998.

<sup>17</sup> Armand Dreifuss, René, “Época das Perplexidades”, *Vozes* (1995).

<sup>18</sup> Resumo de citações do mesmo autor, René Dreifuss, citado no item anterior.

<sup>19</sup> Pereira Pinto, Paulo Antônio, *A China e o Sudeste Asiático*. UFRS, 2000.

<sup>20</sup> Tendo o autor como coordenador, a missão acadêmica brasileira, determinada pelo Chanceler Celso Amorim, em sua primeira gestão à frente do Itamaraty, em setembro de 1994, foi composta pelos Professores Severino Cabral, da Universidade Cândido Mendes, do Rio de Janeiro, e Paulo Fagundes Vizentini, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e pela então Conselheira do Ministério das Relações Exteriores do Brasil Maria Edileuza Fontenele Reis. Em Cingapura, foi mantido diálogo com representantes do “Institute of Strategic and Development Studies”, das Filipinas, do “Institute for Security and International Studies”, da Tailândia, do “Institute of Strategic and International Studies”, da Malásia, do “Singapore Institute of International Affairs” e do “Center for Strategic International Studies”, da Indonésia. Em Pequim, foi visitado o “China Institute for Contemporary International Relations” e, em Hong Kong, o “Institute of Asia Pacific Studies” e a “The Chinese University of Hong Kong”.

<sup>21</sup> Vide, a respeito de experiência de negociação cultural com o “universo chinês”, a conclusão do livro “Iruan nas Reinações Asiáticas”, por Paulo A. Pereira Pinto, editora AGE, RS, em 2004.

<sup>22</sup> “Só a Antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente. Única lei do mundo. Expressão mascarada de todos os individualismos, de todos os coletivismos. De todas as religiões. De todos os tratados de paz. “Tupi, or not tupi that is the question”. Contra todas as catequeses. E contra a mãe dos Gracos. Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago.”

Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade, (1928) que nos indica o caminho sempre amigável de aceitar o que nos é estranho sem deixar de transformá-lo em algo mais próximo de nossa personalidade.